

Nacionalismo e antiimperialismo em um texto de Mariátegui

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo:

Na América Latina vicejam projetos nacionais encampados por movimentos sociais e governos que se pretendem anti-sistêmicos. Vários dos primeiros e, no mínimo, dois dos últimos possuem um forte componente indigenista. Com o objetivo de contribuir para o estudo das relações entre nacionalismo e antiimperialismo no subcontinente, faz-se, neste artigo, uma análise preliminar de um importante texto de José Carlos Mariátegui.

Palavras-chave: Nacionalismo. Antiimperialismo. Anticapitalismo. Mariátegui.

Os breves 35 anos e 10 meses de vida de José Carlos Mariátegui transcorreram em um tempo histórico acelerado. Basta mencionarmos que foi o período das revoluções de 1905, na Rússia; 1910, no México; 1917 (fevereiro-março e outubro-novembro), na Rússia, desembocando na criação da URSS; fundação da III Internacional (Internacional Comunista), em meio a grandes esperanças de que a revolução proletária se expandisse pelo planeta; contenção desta onda revolucionária; ofensiva da direita em quase todo o mundo; intensas alterações no interior da URSS, que se expressaram no plano mundial, inclusive na atuação da III IC e dos partidos a ela vinculados; profunda crise econômica do capitalismo a partir de 1929. Tempo histórico que adquiriu maior velocidade depois que o grande marxista peruano consolidou o acerto de contas com sua “idade da pedra”, ou seja, tornou-se marxista, e passou uma temporada na Europa (outubro/1919-março/1923). Durante os sete anos que ainda lhe restaram, exerceu, na teoria e na prática, um marxismo aberto e criativo, na contramão do que ocorreria nas formações sociais que polarizavam a política mundial, o que, de um modo muito específico, incluía a própria URSS, com impactos sobre a IC.

* Departamento de Política da PUC-SP. Autor de *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: EDUFSC, 2006.
End. Eletrônico: lucio.almeida@puccsp.br

Todavia, seria um equívoco inteiramente antimariateguiano atribuir as realizações do Amauta nos planos científico, sindical e político à simples genialidade de um indivíduo. Em termos maquiavelianos, foi bafejado pela fortuna. Desfrutou na Europa de um extraordinário campo de observação: fecundos debates intelectuais; onda de lutas operárias e populares; e, na sequência, ascensão do fascismo. Saiu na hora certa, pois o fascismo italiano se consolidava, e voltou a uma América Latina, que, no pós-primeira guerra, entraria em ebulição, inclusive por conta dos profundos deslocamentos que ocorriam no plano internacional, a começar pelos espaços abertos pela crise da hegemonia britânica.

Apenas a título de exemplo, enquanto a ordem republicana liberal sangrou ao longo dos anos 1920 no Brasil, sendo liquidada apenas a partir da chamada revolução de 1930, no Peru, a crise econômica desencadeada pela primeira guerra mundial encontraria respostas que se chocariam com o “civilismo” em termos bem mais amplos¹. Já durante a guerra, lutas de trabalhadores foram muito intensas, até porque afetavam setores-chave da economia peruana (os voltados para a exportação). Em 1919, ocorreram diversas greves, o que desembocou em paralisação da capital e sérias batalhas contra o aparato repressivo do Estado. Além de coexistirem com levantes camponeses, estas greves tiveram amplo apoio de segmentos da classe média.

A precoce derrubada do civilismo ocorreu com a vitória eleitoral, golpe de estado e implantação da ditadura (“La Patria Nueva”) de um dissidente, Augusto Leguía. Especialmente nos três primeiros anos de seu “oncenio” (1919-1930), o governo Leguía implementou políticas relativamente progressistas. Atendeu a diversas reivindicações dos trabalhadores urbanos e, em menor escala (e maior simbolismo), dos camponeses indígenas; ampliou o aparelho de Estado, o que, juntamente com o incremento da intervenção estatal na economia, contribuiu para um forte aumento do proletariado e um exponencial crescimento da classe média; e incentivou pesadamente o ingresso de capitais estadunidenses nos principais setores da indústria peruana².

A simples posse de Leguía não foi suficiente para aplacar a onda de manifestações operárias e de classe média, inclusive no interior do santuário acadêmico que, até pouco tempo atrás, era de uso exclusivo da nata da oligarquia peruana: a Universidad de San Marcos. Ali cursava Direito um destacado líder estudantil, Victor Haya de la Torre, que não encontrou grandes dificuldades em arregimentar colegas para as lutas de rua ao lado dos trabalhadores³.

¹Para a redação deste e dos dois próximos parágrafos, recorro a Klarén (2008) e Pericás (2005).

²O que, no frígir dos ovos, resultou mais em desnacionalização do que em avanço de uma política de desenvolvimento industrial.

³Devido ao apoio que prestou a estas lutas, Mariátegui aceitou a pressão do governo Leguía e partiu, com “bolsa” concedida pelo Estado peruano, para a Europa, onde aprofundaria sua formação marxista.

Esta caricatura *avant la lettre* de políticas que, mais tarde, seriam implementadas no Brasil e na Argentina, mas sem fortes vínculos orgânicos com as classes populares, abriu espaço para que amplos segmentos destas se politizassem de maneira relativamente autônoma⁴. Leguía encontrou dificuldades para reprimir uma onda de manifestações quando, numa tentativa nada original de acoplar mais diretamente a Igreja Católica à legitimação de seu governo, propôs, em cerimônia pública, que o Peru fosse dedicado ao Sagrado Coração de Jesus⁵. Ao menos por mais sete anos, este país foi o cenário de importantes esforços de luta organizada dos trabalhadores.

O tempo voava e importantes mudanças ocorreram no interior da Internacional Comunista. Uma delas foi o crescente interesse pela América do Sul, à qual, no início dedicara pouca atenção. Esta mudança se deve, no plano estratégico, à atribuição de maior importância à questão nacional neste subcontinente.

A posição regularmente adotada por Lenin consistia em defender o direito à autodeterminação nacional, ou seja, à constituição de Estados “próprios” por povos que lutassem para se libertar da dominação exercida por uma ou várias potências estrangeiras. A defesa do direito à autodeterminação inseria-se, para Lenin, no campo democrático. Pode-se mesmo afirmar que era uma extensão das lutas democráticas ao campo internacional (Almeida, 1997). Lutas democráticas que, em um momento de avanço das forças revolucionárias, poderiam se acoplar a estas últimas e engatar nova marcha rumo a uma transição socialista.

Em um contexto de revolução considerada iminente no plano internacional, Lenin não dedicou muita preocupação à questão nacional na América Latina. Neste subcontinente, onde estados “próprios” já se haviam constituído, em sua grande maioria no início do século XIX, as questões nacionais eram dadas como resolvidas. De um ponto de vista revolucionário, nada parecia indicar que, no bojo de um processo revolucionário socialista em escala internacional – leia-se, sobretudo, européia – as novas comunidades forjadas ao longo do processo de transição para uma sociedade sem classes tivessem alguma semelhança com as formações sociais capitalistas. Até porque, ainda nas duas primeiras décadas do século XX, os Estados nacionais não eram muito difundidos pelo planeta.

⁴Quijano (1985) apresenta uma arguta comparação do governo Leguía com os seus contemporâneos Irigoyen (Argentina) e Alessandri (Chile), que desfrutaram de condições mais favoráveis para implementar políticas de corte antioligárquico. E aborda o processo de politização das classes populares sob a influência das revoluções mexicana e soviética.

⁵Foi a vez de Víctor Haya de la Torre, ativo participante dessas manifestações, seguir para o exílio. No ano seguinte (1924), fundou a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana).

Ao se certificar de que poucos intuía, ou seja, que a onda revolucionária no Ocidente encerrara-se, Lenin voltou seus olhos para os movimentos nacionalistas e antiimperialistas no Oriente, em especial os que ocorriam na China e na Pérsia (atual Irã). Revelava-se mais uma vez enorme capacidade de análise concreta da situação concreta e de, em função da alteração desta, imprimir inflexões à tática e à estratégia revolucionárias.

Em 1929, bem depois da morte de Lenin, drásticas mudanças ocorriam em importantes aspectos abordados neste artigo. Stalin consolidava sua posição à frente do Partido Comunista da URSS, ao mesmo tempo em que prosseguia o processo de centralização autoritária do Estado soviético. Dissipavam-se os aspectos socialistas e mesmo democrático-burgueses das revoluções de 1917. Parafrazeando uma célebre metáfora de Lenin, desenvolveu-se a eletrificação, mas se dissolveu o poder dos soviets. No plano objetivo, as possibilidades de revolução socialista internacional continuavam se deteriorando nos países de capitalismo avançado. Contraditoriamente, tendia a se afirmar, no interior da IC, uma política voltada para o confronto direto entre trabalho e capital (a política de classe contra classe), o que levaria a resultados catastróficos para o movimento operário, especialmente diante da maré montante do fascismo.

A estratégia da IC para a América Latina também sofreria uma significativa reviravolta, nem sempre marcada pela congruência teórico-política. Agora, não somente a questão nacional adquiria grande importância como se consolidava a perspectiva etapista. A revolução ocorreria em duas etapas, a democrático-burguesa e a socialista, cada qual dirigida por uma classe, a burguesia e o proletariado, respectivamente (Escorsin, 2006: 279-80). Apostava-se no potencial nacionalista dessas burguesias e se postulava uma estreita vinculação entre este nacionalismo e uma posição antiimperialista. O que, por sua vez, abria a expectativa de que houvesse uma predisposição de frações dessas burguesias para formarem frente com as forças populares em certa fase da luta contra o imperialismo.

Enfim, o processo de centralização não se dava apenas no plano interno à URSS, mas atingia a própria organização da Internacional Comunista.

O contexto internacional tornava estas questões dramáticas, pois diversos fatores – como a abertura de margem de manobra propiciada pela crise de hegemonia britânica e necessidade de os Estados burgueses controlarem o forte ingresso das classes populares na política (especialmente depois da revolução de Outubro) –, favoreceriam a emergência e o espraiamento de diversos tipos de nacionalismo. No Peru, a forte presença de Haya de la Torre atuava no sentido de, em nome das peculiaridades da América Latina, articular marxismo a nacionalismo, subordinando o primeiro ao segundo. Em contrapartida, a IC exigia que os comunistas peruanos: 1) rompessem com a APRA, que pretendia se tornar um partido; 2) fundassem imediatamente um partido comunista, vinculado à III

Internacional. Sob a liderança de Mariátegui, rompeu-se com a APRA, mas o partido, criado em 16 de setembro de 1928, recebeu o nome de Partido Socialista do Peru, dotado de uma perspectiva fortemente crítica em relação ao etapismo⁶.

Nos limites deste artigo, trata-se de examinar a posição de Mariátegui sobre as burguesias nativas sul-americanas, tema que ocuparia lugar de destaque nos debates acerca da estratégia e da tática revolucionária dos partidos comunistas do subcontinente até o final do século XX. Para isto, analisaremos um dos quatro textos, “Punto de vista anti-imperialista”, que Mariátegui enviou para o Congresso Constituinte da Confederação Sindical Latino-Americana e para a Primeira Conferência Comunista Latino-Americana, encontros realizados em maio e junho de 1929, respectivamente (Mariátegui, 1988a)⁷.

Em sua análise, Mariátegui tinha dois alvos bem precisos. O primeiro era justamente a tese, defendida pela IC, que atribuía às burguesias nacionais latino-americanas o papel desempenhado por algumas burguesias asiáticas, ou seja, o de burguesias nacionais, na medida em que eram impelidas ao confronto com a dominação imperialista. O segundo era não menos importante, dada a forte influência exercida pela APRA: a prioridade conferida ao nacionalismo como via privilegiada da revolução social latino-americana.

Este texto de Mariátegui, produzido em uma situação desesperadora dos pontos de vista pessoal e político, é riquíssimo. Não existe aqui a menor pretensão de esgotar sua análise ou mesmo de simplesmente mencionar a totalidade dos aspectos relevantes que apresenta para os marxistas do século XXI.

Ao perguntar “Hasta que punto puede asimilarse la situación de las repúblicas latinoamericanas a la de los países semicoloniales”, Mariátegui demonstra aguda percepção das distintas dimensões de uma formação social. Se, em um modo de produção, as estruturas jurídico-política e ideológica não se resumem a meras expressões da econômica, isto menos ainda se aplica a uma formação social. Esta é muito mais complexa, na medida em que consiste na articulação de distintos modos de produção, em geral sob a dominância de um deles. Neste sentido, Mariátegui, atento às particularidades das formações sociais latino-americanas e estudioso profundo da formação social peruana, tece aguda observação a respeito do caráter semicolonial dos países deste subcontinente. Como ele próprio afirma, “la condición económica de estas repúblicas, es, sin duda, semicolonial, y, a medida que crezca su capitalismo y, en consecuencia, la penetración imperialista, tiene que acentuarse este carácter de su economía” (Mariátegui, 1988a: 87).

⁶O balanço destes acontecimentos cruciais ainda está em curso. Duas abordagens distintas e bem fundamentadas são feitas por Quijano (1991) e Escorsin (2006).

⁷O primeiro em Montevideu e o segundo em Buenos Aires. Os demais textos são Mariátegui (1988b; 1988c e 1988d).

Por outro lado, diferentemente das burguesias nacionais dos países efetivamente semicoloniais, as burguesias nacionais dos países sul-americanos não vislumbravam motivos para confrontos com o imperialismo. Ao contrário, consideravam muito mais proveitosa uma relação cooperativa e se sentiam suficientemente senhoras do poder político “para no preocuparse seriamente de la soberanía nacional”. Como explicar este aparente paradoxo acerca destas burguesias de países economicamente semicoloniais: possuem sentimento nacional, mas não são antiimperialistas?

A nosso ver, a resposta a esta pergunta exige que levemos em conta o caráter profundamente antieconomicista da análise mariáteguiana e nos voltemos para sua abordagem acerca do Estado e da ideologia.

Para Mariátegui, “El Estado, o mejor la clase dominante no echa de menos un grado más amplio y cierto de autonomía nacional.” (*Ibidem*). Esta fecunda formulação acerca do Estado possibilita integrar a dimensão jurídico-política ao próprio conceito de formação social. No caso das formações sociais sul-americanas, a condição econômica é semicolonial, mas existe um Estado nacional. Esta formulação possibilita responder a uma importante questão: por que estes Estados nacionais não se voltam contra a condição de semicolônia econômica à qual está submetida a formação social de cuja coesão eles são os principais garantidores? Segundo Mariátegui, justamente porque o objetivo fundamental do Estado é organizar a dominação de classe (“El Estado, o mejor la clase dominante”) e não lutar por uma relação efetivamente simétrica no sistema internacional. Mariátegui acrescentará que “la revolución de la Independencia está relativamente demasiado próxima, sus mitos y símbolos demasiado vivos, en la conciencia de la burguesía y la pequeña burguesía.” (*Ibidem*). Portanto, mais uma vez, não se trata de supor equivocadamente a ausência de sentimento nacional, mas de incorporar de modo mais preciso as determinações políticas e ideológicas à análise das formações sociais.

Temos aqui uma abordagem claramente antieconomicista. Por um lado, ele leva em conta as determinações econômicas (semicolonial). Por outro, a condição jurídico-política e ideológica (também “estrutural”). Acrescente-se a referência a um aspecto ideológico mais específico (e não estrutural): a memória da “primeira independência”, que contribui para uma certa concretização de uma região ideológica particular imprescindível à reprodução das condições estruturais da dominação burguesa: ideologia da soberania nacional. Talvez Mariátegui não chegue a formular rigorosamente um conceito de Estado capitalista, examinando como se inserem, nas estruturas deste fundamental dispositivo de dominação burguesa, as determinações ideológicas que contribuem para que ele não apareça como um Estado de classe, mas de todo o povo nação. Mas está atento aos impactos ideológicos produzidos pela existência deste Estado nas formações sociais dependentes latino-americanas.

É provável que esta ausência de uma conceituação rigorosa, ao menos neste momento de sua análise, contribuía para que ele desviasse rapidamente o foco para outra questão importantíssima e também pouco analisada: a das variantes ideológicas de uma ideologia dominante. E Mariátegui está atento para as variantes burguesa e pequeno-burguesa da ideologia nacional.

Em um caso como no outro, a direção da análise é certa e aponta para a necessidade de se considerar tanto a condição econômica (semicolonial) como a jurídico-política e ideológica (soberania estatal-nacional). Como já vimos, todas as dimensões estruturais. Elas apontam para a constituição tendencial de um aparelho de Estado que se apresenta como a expressão do interesse geral da sociedade. Acrescente-se que a memória ainda forte da “primeira independência”, ou seja, da libertação do jugo espanhol, fortalece esta ideologia nacional, e, no interior desta, a afirmação da existência do Estado-nação soberano; mas não impulsionam uma luta antiimperialista. Em outros termos, as variantes burguesa e de classe média da ideologia nacional peruana – caso mais conhecido por Mariátegui – não tendem para a luta antiimperialista.

Desta forma, a concepção profundamente antieconomicista também orienta a distinção efetuada por Mariátegui entre nacionalismo e antiimperialismo. Na China,

la colaboración con la burguesía, y aun de muchos elementos feudales, en la lucha anti-imperialista... se explica por razones de raza, de civilización nacional que entre nosotros no existen. El chino noble o burgués se siente entrañablemente chino. Al desprecio del blanco por su cultura estratificada y decrepita, corresponde con el desprecio y el orgullo de su tradición milenaria. El anti-imperialismo en la China puede, por tanto, descansar en el sentimiento y en el factor nacionalista. (Ibidem: 88).

Mariátegui destaca a existência, aqui, de uma distinção fundamental para a política revolucionária socialista: aquela entre nacionalismo e antiimperialismo. Foge aos limites deste texto analisar o quanto a ausência de clareza acerca desta distinção foi trágica para os movimentos socialistas no século XX; e a importância que ela adquire para as lutas proletárias e populares no século XXI, em especial nos combates antineoliberais. O nacionalismo até pode embasar um sentimento e uma política antiimperialista. Mas não é fatal que isto ocorra.

A importância da dimensão cultural é destacada pelos efeitos que produz, por um lado, no caso chinês e, por outro, no latino-americano (especialmente no Peru, caso que Mariátegui conhece mais de perto). Se na China, existe uma identificação cultural de amplos setores das classes dominantes com o povo, na América Latina ocorre o oposto: predomina o desprezo pelo povo, inclusive em função do corte étnico. Os dominantes são brancos, descendentes de europeus e desprezam o nacional-popular:

La aristocracia y la burguesía criollas no se sienten solidarizadas con el pueblo por el lazo de una historia y de una cultura comunes. En el Perú, el aristócrata y el burgués blancos, desprecian lo popular, lo nacional. Se sienten, ante todo, blancos. El pequeño burgués mestizo imita este ejemplo. La burguesía limeña fraterniza con los capitalistas yanquis, y aún con sus simples empleados, en el Country Club, en el Tennis y en las calles. El yanqui desposa sin inconveniente de raza ni de religión a la señorita criolla, y esta no siente escrúpulo de nacionalidad ni de cultura en preferir el matrimonio con un individuo de la raza invasora. Tampoco tiene este escrúpulo la muchacha de la clase media. La 'huachafita' que puede atrapar un yanqui empleado de Grace o de la Foudation lo hace con la satisfacción de quien siente elevarse su condición social. El factor nacionalista, por estas razones objetivas... no es decisivo ni fundamental en la lucha anti-imperialista en nuestro medio. (*Ibidem*).

Conclusão teórico-política: nem sempre o nacionalismo é importante para a luta antiimperialista na América Latina. Na China, pôde desempenhar um papel crucial, como, de fato, desempenhou⁸. Mas o mesmo não ocorreu no Peru e em grande parte dos países da América Latina. Por outro lado, é importante perceber a distinção que Mariátegui faz entre as tendências ideológicas burguesas e as populares, mesmo no interior do subcampo da ideologia nacional. No Peru, existia um nacionalismo burguês, inclusive com a presença do forte orgulho da luta pela independência em relação ao domínio espanhol. Mas, como vimos, este nacionalismo burguês tem fraquíssimo ou nulo potencial antiimperialista.

Agora fica mais claro como o grande autor peruano era atento ao caráter formal e, ao mesmo tempo, à eficácia da soberania (dimensão ideológica inclusa). Desta forma, pôde analisar o processo pelo qual, em aparente paradoxo, a própria soberania burguesa pode ser funcional para a articulação da burguesia nativa com a dominação imperialista. Eis uma formulação que atinge o cerne da particularidade das formações sociais sul-americanas:

Mientras la política imperialista logre 'manéger' los sentimientos y formalidades de la soberanía nacional de estos Estados, mientras no se vea obligada a recurrir a la intervención armada y a la ocupación militar, contará absolutamente con la colaboración de las burguesías (*Ibidem*: 89).

Na seqüência, sempre analisando a ideologia da soberania sem reduzi-la a mera expressão da base econômica, mas atento ao seu papel específico nas rela-

⁸Embora, no decorrer do processo chinês, o Kuomintang tenha se transformado em uma força anti-revolucionária e pró-imperialista. Foge aos objetivos deste artigo a tentativa de demonstrar a hipótese de que o nacionalismo acabou prevalecendo no interior do processo revolucionário chinês, imprimindo-lhe, a partir a vitória da corrente liderada por Deng Hsiao Ping, um caráter nacional-burguês abertamente favorável ao desenvolvimento capitalista.

ções internas e externas a uma formação social capitalista, ele efetua a distinção entre formações sociais coloniais e semicoloniais ou dependentes:

Aunque enfeudados a la economía imperialista, estos países, nos más bien que sus burguesías, se considerarán tan dueños de sus destinos como Rumania, Bulgaria, Polonia y demás países ‘dependientes’ de Europa. (*Ibidem*).

Assentadas as bases teóricas de uma distinção entre nacionalismo e antiimperialismo, Mariátegui parte para o embate mais direto com a APRA. E dá um salto teórico surpreendente: não basta evitar a confusão entre nacionalismo e antiimperialismo; também é preciso não confundir um antiimperialismo qualquer com socialismo revolucionário. Talvez aqui resida uma importantíssima originalidade do pensamento mariáteguiano, inclusive no que se refere ao balanço, neste século XXI, das tentativas de revolução socialista realizadas no século XX. Não somente antiimperialismo de forma alguma se confunde com socialismo, como tampouco desemboca necessariamente neste.

No fundo, a grande insistência de Mariátegui é na crítica ao nacionalismo de caráter burguês e pequeno-burguês que, em um duplo movimento que se restringe ao plano da retórica: 1) apresenta-se como antiimperialista; 2) apresenta este pretense antiimperialismo como um movimento cujo desfecho necessário é o socialismo. Daí a crítica contundente a lemas do tipo apresentado pela APRA: “Somos de izquierda (o socialistas) porque somos anti-imperialistas”.

Para Mariátegui, a mesma expressão “antiimperialismo” designa duas posições distintas e, frequentemente, opostas:

- 1) A que considera o antiimperialismo como um fim em si mesmo. O suposto é que o antiimperialismo leva espontaneamente (não se sabe como) ao anticapitalismo. No fundo, ainda permanece uma concepção prisioneira do nacionalismo.
- 2) A concepção revolucionária, para a qual só a revolução socialista pode impor ao imperialismo uma derrota definitiva e verdadeira.

No contexto desta distinção adquire sentido a enfática negativa de que, no poder, a burguesia ou a pequena burguesia possam “hacer una política antiimperialista”. E Mariátegui cita “la experiencia de México, donde la pequeña burguesía ha acabado por pactar con el imperialismo yanqui” (*Ibidem*: 90).

Porém, a posição de Mariátegui não se reduzia à mera denúncia do nacionalismo burguês ou pequeno-burguês, especialmente o que se apresentava sob as cores do antiimperialismo. Ao contrário, o dirigente do PSP insistia na necessidade de os revolucionários desenvolverem de todos os modos possíveis as potencialidades do antiimperialismo de massas,

sin prescindir del empleo de ningún elemento de agitación anti-imperialista, ni de ningún medio de movilización de los sectores sociales que eventualmente pueden concurrir a esta lucha, nuestra misión es explicar y demostrar a las masas que sólo la revolución socialista opondrá al avance del imperialismo una valla definitiva y verdadera. (Ibidem: 91).

Por mais incipientes que tenham sido suas formulações, Mariátegui acertou em cheio no que se refere a algumas características decisivas dos movimentos nacionalistas (inclusive o nacional-desenvolvimentismo) que marcaram a história das formações sociais dependentes na América Latina. Basta mencionarmos os casos do peronismo, na Argentina, do cardenismo, no México, do varguismo no Brasil ou do alvaradismo, no Peru. Essas formulações também se aplicam aos movimentos terceiro-mundistas em outros continentes, inclusive aqueles que empunharam a bandeira do socialismo.

Qual a importância das formulações mariateguianas para a análise dos movimentos e, principalmente, dos governos e movimentos nacionalistas que se pretendem antiimperialistas e anti-sistêmicos na América Latina contemporânea? Eis a questão chave para a qual este texto nada mais oferece do que um simples fragmento de introdução.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (1997). Nacionalitarismo e democracia: para um reexame da questão nacional. *Lutas sociais*, São Paulo, n. 2.
- ESCORSIN, Leila (2006). *Mariátegui: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- KLARÉN, Peter P. (2008). As origens do Peru moderno (1880-1930). In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, v.5.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1988a). Punto de vista anti-imperialista. In: *Ideología y política*. Lima: Empresa Editora Amauta.
- _____ (1988b). El problema de las razas en la América Latina. In: *Ideología y política*. 18ª ed., Lima: Empresa Editora Amauta.
- _____ (1988c). Antecedentes y desarrollo de la acción clasista. In: *Ideología y política*. 18ª ed., Lima: Empresa Editora Amauta.
- _____ (1988d). Del autor. In: *Ideología y política*. 18ª ed., Lima: Empresa Editora Amauta.
- PERICÁS, Luiz Bernardo (2005). *José Carlos Mariátegui: do sonho às coisas*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- QUIJANO, Aníbal (1985). *Imperialismo, clases sociales y Estado en el Peru (1989-1930)*. 2ª ed., Lima: Mosca Azul.
- _____ (1991). El socialismo indoamericano: debate con la III Internacional. In.: (comp.). *José Carlos Mariátegui: textos básicos*. México: Fondo de Cultura Económica.